
Para um sujeito político novo

Fausto Bertinotti

Há formas diferentes para discutir o tema do amanhã da Europa e do papel das esquerdas mas, basicamente, podemos reduzi-los a dois. O primeiro responde à pergunta “Qual é a Europa a que nos propomos depois do euro?” e examina, neste quadro, o papel das esquerdas. O segundo, pelo contrário, tenta dizer: “Qual é hoje o desafio das esquerdas?” e examina o destino da Europa.

Estas são duas aproximações diferentes que trazem consequências diferentes; de qualquer forma vou abordar a questão pelo segundo ponto de vista, sobretudo porque é mais imediato e porque penso que hoje uma Europa autónoma e portadora de um modelo original social é possível só se houver um renascimento político da esquerda. A primeira está dependente da segunda.

A tese que queria propor é radical. Penso que todos os países europeus vivem uma verdadeira crise política da qual faz parte a esquerda e que, como consequência, este é o momento da refundação da política e não simplesmente de um seu ajustamento ou correcção. Penso, além disso, que neste processo de refundação, seja absolutamente necessário à dimensão europeia. Em poucas palavras acho que não há Europa sem uma refundação da esquerda e não há refundação da esquerda – e futuro – se não for numa dimensão europeia.

Fim do século XX

De onde podemos partir? Temos que partir da convicção que o século XX já acabou, o século comprido ou breve, depende como queremos considerá-lo. O Mundo em que vivemos tem um contraste de fundo entre a globalização capitalista e o nascimento contra esta de um movimento mundial. Os dois dizem-nos que estamos num

momento social, político, económico e cultural para além do século XX. As eleições francesas – que não são uma anomalia mas entram plenamente nas mais gerais e graves tendências europeias – falam-nos do fim do século XX também no terreno da democracia representativa. Hoje nós vivemos numa Europa em que os cidadãos se sentem sem Estado, isto quer dizer sem aquela segurança, protecção e tutela que cada um pensava receber por pertencer ao próprio país, e vivemos uma situação em que os operários – entendendo-se por esta palavra todo o mundo do trabalho – sentem-se sem partido, quer dizer, sem aquela pertença que liga a própria condição social ao próprio destino político. Na condição em que os cidadãos estão, sem Estado e os operários sem partidos, a refundação da política é necessária e urgente. Por onde é que recomeçamos esta refundação? Há dois níveis de análise. O primeiro afronta a análise do ciclo longo da revolução capitalista em curso, o segundo a análise do ciclo breve da crise da política hoje na Europa.

§

Começamos com o primeiro. A característica principal desta revolução capitalista que chamamos globalização é inequívoca e dramática. Pela primeira vez na história da modernidade a inovação está separada do progresso social. Porém, no ciclo capitalista fordista-keynesiano, no Mundo dividido em dois blocos depois da vitória do nazi-fascismo, foi possível, através do desenvolvimento da democracia, a inovação e o progresso social, hoje a globalização tende a separá-las e, então, a configurar-se como socialmente regressivas. Uma modernização sem e contra a modernidade que mercantiliza cada relação torna o mercado dominante em cada relação humana e torna absoluta a competição entre as mercadorias. As condições dos trabalhadores, da natureza e dos seres humanos, homens e mulheres, tendem a ser reduzidas a variáveis dependentes do mecanismo de acumulação.

Esta globalização já entrou em crise. Pretendeu englobar todo o Mundo no Ocidente e produziu guerra e terrorismo. Pretendeu, através da *new economy*, o desenvolvimento ininterrupto da economia e criou uma crise (lembro-me da Argentina, mas podemos dar muitos exemplos que se relacionam com países mas também com diferentes sectores da economia e dos ciclos económicos). Pretendeu eliminar o trabalho e teve como resultado uma crise aguda da coesão social e do trabalho sempre mais precário e incerto. A crise da globalização criou instabilidade em cada relação (económica, entre os Estados, interpessoal, entre as classes sociais). A esta instabilidade as classes dirigentes respondem com uma acentuação da competitividade na economia e com a assunção da guerra como elemento estável no panorama das relações internacionais. É uma tendência que deteriora a democracia, a soberania, a estadualidade e põe em crise o estado nacional, ou seja, o coração da política do século XX.

O Estado-nação no século passado foi sujeito aos processos de colonização e de uma organização imperialista do Mundo, mas foi usado também em direcção contrária. No Estado-nação nasceram as vias nacionais para o socialismo, a experiência derrotada e dramática do socialismo num só país, mas também aquelas da democracia de massas. Ao Estado nacional legaram as experiências do reformismo nacional ou de área. Penso no socialismo nórdico, na social-democracia alemã, no partido trabalhista inglês; penso no socialismo e nos comunismos mediterrânicos e a extraordinária experiência de expansão da democracia que se realizou nos anos 70. Também a crise do Estado-nação na globalização capitalista põe a necessidade da refundação da política, quer dizer, a pesquisa do novo sujeito da transformação e das novas formas de organização política numa relação entre poder e a transformação social. Põe, enfim, a necessidade da pesquisa de uma nova estadualidade para que a democracia não morra e não desapareça.

O novo conflito de classe

A Europa, pela história das suas culturas e por aquilo que resta do modelo social não totalmente liberal, é o lugar natural da interlocução com o novo movimento de crítica à globalização. Deste movimento vem, todavia, outra pergunta de refundação. Internamente, é reconhecível no pluralismo e na diversidade um novo sinal de classe. O crescimento do movimento *no-global* em Itália, entrelaçou-se com o renascimento do conflito de classe depois de vinte anos de trégua social tolerada e imposta. Podemos dizer que isto é, em larga medida, o produto da fertilização política operada pelo movimento no profundo da subjectividade. Na Europa pode-se fazer coabitar o contraste entre este movimento ao estado nascente, o pluralismo e os seus sinais classistas e a segunda fase da globalização, a globalização da crise. Este conflito decisivo para o nosso futuro não pode produzir alguma alternativa de sociedade sem um novo projecto político das esquerdas. Não só a crise da política dum lado, mas também do outro lado, os problemas não resolvidos que o movimento encontra, leva-nos a esta consciência.

§

Também a análise do ciclo breve da política na Europa traz a mesma conclusão. As direitas voltam ao governo apoiadas por este processo de globalização, mas a fisionomia delas é diferente do passado. A novidade está na nova relação entre as culturas neoliberais e as culturas populistas. Estas direitas não conseguem

organizar um verdadeiro consenso sem o contributo dos populismos. Usam estes últimos ou juntando-se e envolvendo-os na experiência de governo (a experiência de Berlusconi em Itália), numa fusão que tem um implante agressivo e totalmente inédito; ou ficando separada em nome dos valores republicanos, mas mostrando à sociedade que esta é a força, como é possível ver na experiência francesa. Seja como for, seria errado falar destas forças como se a característica delas e o seu implante fossem as mesmas do antigo fascismo. Não podemos enganar-nos e considerar antigos os fenómenos gerados por esta modernização que constituem o aspecto mais inquietante. Estes são perigosos para a democracia, porque são muito modernas, quer dizer, juntos organicamente a esta globalização capitalista de que representam só um aspecto. Se a guerra é apoiada na cena mundial pelo núcleo da globalização capitalista, este mesmo empurra, através do populismo a nível local, para uma espécie de guerra civil molecular. É uma crise de civismo. Mas as esquerdas fizeram tudo sozinhas? Penso que não. Penso que a este ponto chegámos também depois da falência da última estação reformista, quer dizer das políticas que, em sentido lato, podemos chamar de centro-esquerda. Desde Clinton até D'Alema, estas hipóteses trouxeram uma agravante da crise da coesão social. Também onde são apresentadas sob formas mais dignas e mais interessantes, como na França, não conseguiram fugir a este destino. Os compromissos com a globalização capitalista não são reconhecidos pelas populações como instâncias reformadoras; estas políticas tornaram-se uma das causas das crises de coesão social e da crise de relação de pertença às formações políticas da esquerda. A esquerda homologa-se e separa-se; esta separação não é a causa da sua derrota, mas o efeito desta colocação. Por esta razão a refundação da política na Europa tem que começar fora deste quadro, fora do quadro da alternância e na reconstrução de uma alternativa de sociedade que invista na Europa inteira.

O sujeito da esquerda alternativa europeia

O nascimento de um sujeito unitário e plural, de uma esquerda de alternativa europeia é necessária e urgente. Sem isto as esquerdas europeias podem desaparecer e o movimento antiglobalização pode ficar atrapalhado num êxodo político e não conseguir a refundação da política. O nascimento de um sujeito é urgente se consideramos a crise irreparável do centro-esquerda e a ofensiva das novas direitas, mas também o desenvolvimento dos movimentos, dos movimentos de crítica à globalização e ao renascimento em toda Europa do conflito social. O movimento tem outro problema complicado, o problema da eficácia do seu agir, da continuidade e da articula-

ção da acção colectiva. O desenvolvimento do movimento e a construção da esquerda alternativa tornaram-se duas faces da mesma moeda. Para construir esta esquerda não precisamos de perguntar às diferentes forças políticas que se candidatam “de onde vêm?” esta pergunta esmagadora e destrutiva. Temos que perguntar-nos como nos colocamos neste novo desafio e onde queremos ir. O relacionamento com o movimento antiglobalização no Mundo e na Europa é o factor constitutivo de um projecto que tem que assumir as suas duas discriminantes políticas-programáticas: a recusa sistemática da guerra e do terrorismo e a recusa ainda mais sistemática das políticas neoliberais, com a individualização de “um outro Mundo possível”, “outro” da globalização capitalista em curso.

A Europa que queremos só se pode desenvolver partindo daqui, com o nascimento de uma nova subjectividade política europeia de esquerda. Se não há uma inversão da tendência neste terreno, se a Europa fica prisioneira do seu acto de nascimento, quer dizer de Maastricht, os partidos da esquerda de alternativa, apesar das aspirações correctas, ficam prisioneiros de uma contradição dramática. Aquela Europa que tem uma capacidade atractiva para os Estados mas é recusada pelas populações e que, como consequência, tem que ter características tecnocratas porque a democracia, quer dizer o consenso e a participação popular, não alcançável seguindo a via de um modelo social basicamente neoliberal e imitador do americano. Entre a Europa e a construção de uma subjectividade política da esquerda alternativa é preciso existir um relacionamento de reciprocidade.

§

No Outono a Itália receberá o Fórum Social Europeu, devido ao empenho de Porto Alegre. Seria um delito que as forças da esquerda alternativa europeia lá chegassem no estado em que estão agora. Elas devem oferecer, sem arrogância, e com autonomia criativa, ao Fórum Social Europeu o início de um processo de construção de um novo sujeito político da esquerda de alternativa. Elas devem trabalhar para construir este sujeito com iniciativas comuns, com reflexões políticas comuns, e construir formas de coordenação política a nível europeu. Esta condição está já preenchida. Existem elementos simbólicos que o indicam. Um deles é a greve geral que não casualmente é actual depois de uma estação de esquecimento, em muitos países europeus, desde a Itália à Espanha. O facto de que, hoje e para já, não podermos pensar numa greve geral é indicativo de uma diferença entre a realidade, a pergunta dos sujeitos sociais a que fazemos referência e a nossa capacidade de resposta. É esta a distância que temos que percorrer. Cada adiamento torna-se numa culpa. 